

JE

Jornal dos Economistas

Nº 294 Janeiro de 2014

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

2014

Cid Benjamin, J. Carlos de Assis, Fernando Cardim, Claudio Dedecca e Léo Lince debatem os cenários econômicos e políticos para um ano de Copa do Mundo e eleições (e também de manifestações populares?)



João Roberto Lopes Pinto analisa os empréstimos da ordem de R\$ 10,4 bilhões do BNDES ao Grupo EBX

2014

Na primeira edição de 2014, o JE optou por analisar cenários para este que promete ser um ano um tanto particular. Antes das importantes eleições gerais de outubro, o Brasil sediará o megaevento da Copa do Mundo. Fala-se também em uma retomada das grandes manifestações populares de junho de 2013. E em que contexto econômico tudo isso vai acontecer?

O bloco temático começa com a entrevista de Cid Benjamin, autor do recém-publicado livro de memórias *Gracias a la vida — Memórias de um militante*. Cid analisa o momento histórico da política brasileira e sugere cenários para 2014.

O artigo de J. Carlos de Assis, da UEPB, faz uma retrospectiva econômica dos governos petistas e afirma que Dilma, ao contrário de Lula, enfrenta na sua administração “vento contra”. Com a economia derrapando, afirma, chegou a hora de reduzir ou eliminar o superávit primário.

Fernando Cardim, do IE/UFRJ, lembra que a economia mundial entra no sétimo ano de um processo depressivo. Quanto à economia brasileira, dois problemas saltam à vista: os processos de degradação da indústria nacional e balanço de pagamentos. A desvalorização cambial pode mitigar os dois problemas em 2014, afirma o autor.

Claudio Dedecca, da Unicamp, acredita que o crescimento brasileiro vive um momento crítico em 2014. Definir e dar marcha a um padrão de investimento baseado em políticas setoriais, tecnológicas e sociais consistentes constitui uma necessidade premente para o país trilhar uma trajetória de crescimento sustentado com redução da desigualdade socioeconômica.

O sociólogo Léo Lince prevê, no seu artigo, a retomada dos protestos de rua em 2014. Ele acrescenta outro item ao calendário de acontecimentos importantes deste ano: o aniversário de 50 anos do golpe militar de 1964.

Fora do bloco temático, João Roberto Lopes Pinto, do Instituto Mais Democracia, analisa de forma crítica os empréstimos contratados da ordem de R\$ 10,4 bilhões do BNDES ao Grupo EBX, do quais R\$ 6 bilhões já foram desembolsados. O autor espera que o “caso Eike” sirva à reflexão e inflexão sobre a política de financiamento do BNDES.

Sumário

Entrevista: Cid Benjamin	3
“A interrupção do ciclo PT ainda não está à vista. Talvez isso se dê quando certos programas, como o Bolsa Família, passem a ser vistos não mais como benesse de um partido ou de um governante.”	
2014.....	6
J. Carlos de Assis	
Dilma sob ventos contrários	
2014.....	8
Fernando Cardim de Carvalho	
2014	
2014.....	10
Claudio Salvadori Dedecca	
Crescimento com redução da desigualdade: 2014, momento crítico de decisão	
2014.....	12
Léo Lince	
2014: entre o “não mais” e o “ainda não”	
Caso Eike	14
João Roberto Lopes Pinto	
O BNDES e as lições do "caso Eike"	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE Jornal dos
Economistas

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Fotolito e Impressão:** Ediouro. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Sidney Pascounto da Rocha. **Vice-presidente:** Edson Peterli Guimarães. **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2013-2015): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2013-2015): Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes e Sérgio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

“A interrupção do ciclo PT ainda não está à vista. Talvez isso se dê quando certos programas, como o Bolsa Família, passem a ser vistos não mais como benesse de um partido ou de um governante.”



O jornalista, escritor, político e professor universitário Cid Benjamin, de 64 anos, publicou recentemente o livro *Gracias a la vida – Memórias de um militante*, no qual faz uma reflexão sobre sua trajetória na luta arma contra a ditadura – ele participou do sequestro ao embaixador dos EUA Charles Burke Elbrick, em 1969 –, prisão e tortura e exílio de nove anos. Nesta entrevista, apresenta uma visão lúcida e independente do momento histórico da política brasileira e sugere cenários políticos para 2014.

P: Há apenas alguns meses se falava no esgotamento do ciclo petista no governo. Hoje, a presidente Dilma venceria a eleição presidencial no primeiro turno. O que levou a mudança tão acentuada?

R: Não afirmaria que o ciclo PT está esgotado. Aliás, a demonstração disso são as próprias pesquisas, que dão uma larga margem de vantagem para Dilma. Dificilmente esse quadro se modificará até a eleição, por mais que as manifestações de rua voltem antes da Copa e contribuam para desgastar também o governo do PT. Mas, por acaso, elas fortaleceriam Aécio Neves ou Eduardo Campos? Não creio. Não vejo o PT derrotado na eleição presidencial do ano que vem. Já não afirmaria o mesmo em relação às eleições de 2018. Mas aí entramos no terreno das suposições. Ainda está tudo muito longe.

P: Marina está realmente fora da disputa? Pode surgir outro candidato forte?

R: Como disse na resposta anterior, penso que Dilma será reeleita. Não vejo *punch* eleitoral suficiente para vencê-la em qualquer dos candidatos de oposição. Os mais falados – Aécio e Eduardo Campos – me parecem insípidos, inodoros e incolores. Não creio que

tenham potencial de crescimento para ameaçar Dilma. Quanto a Marina, desconfio que sairá desta eleição menor do que saiu da anterior, mesmo que troque de lugar com Eduardo Campos e passe a ser a cabeça da chapa. Já não pode se apresentar como novidade e seu lado reacionário, por conta de seu quase fundamentalismo religioso, hoje é mais conhecido do eleitorado. Quando entram no debate temas ligados ao comportamento, Marina parece estar desembarcando da *Idade Média*. Alguém que queira se apresentar como novidade na política pode ser contrário a pesquisas com células-tronco, união civil de gays ou aborto? Por outro lado, penso que o candidato do PSOL, o senador Randolfe Rodrigues, pode ser a novidade da campanha, dada a falta de atrativos de Aécio e Campos e o desgaste do PT junto aos chamados eleitores de opinião. Randolfe, sim, pode acabar como a novidade da eleição. Mas, claro, não ameaçará a vitória de Dilma. Não tem quase tempo de TV, nem seu partido tem musculatura suficiente.

P: Do ponto de vista econômico, o que embasa estas sucessivas vitórias do PT em eleições

presidenciais? Por que os governos Lula-Dilma são tão populares nas classes C, D e E?

R: Porque a vida das pessoas dessas classes melhorou nos últimos 11 anos. Avanços na recuperação do salário mínimo, na oferta de emprego de baixos salários e na concessão de crédito para famílias de baixa renda, que já vinham acontecendo nos governos de Fernando Henrique Cardoso, se mantiveram. E programas assistenciais, como o Bolsa Família e assemelhados, também foram vitaminados nos governos do PT. Ainda que eles não representem mudança na estrutura injusta do país, ajudam a melhorar a vida dos mais pobres. E não beneficiam só os que recebem diretamente os benefícios. Há cidades do interior em que a maioria dos adultos recebe o Bolsa-Família. Com isso, o padeiro vende mais pão, o quitandeiro vende mais frutas e aumenta a circulação de dinheiro em geral, melhorando a vida de todos. É um programa que sai baratíssimo para o governo e que promove certa paz social sem que seja preciso fazer reformas na sociedade. Não à toa é recomendado pelo Banco Mundial. Assim, é explicável a popularidade dos governos do PT junto aos segmentos mais pobres da população.

P: O que este ciclo do PT no governo federal representa em termos da História do Brasil? O que pode levar à interrupção deste ciclo? Qual seria a alternativa?

R: Do ponto de vista de quem esperava transformações sociais e reformas estruturais, que mudassem um quadro histórico de injustiça no país, o ciclo do PT



à frente do governo federal representa uma enorme frustração. Não mexeu uma vírgula nos interesses dos poderosos. Bancos, empreiteiras, agronegócio, grandes meios de comunicação e multinacionais não só mantiveram seus privilégios, como estão ganhando dinheiro como nunca, devido à manutenção (e, até, aprofundamento!) de políticas que os favoreciam. Assim, aqueles que, como eu, esperavam fim das privatizações, defesa do pré-sal, reforma agrária, reforma política, reforma na mídia, reforma tributária e políticas consistentes que mudassem estruturalmente o país estão frustrados. A interrupção do ciclo PT ainda não está à vista, como disse. Talvez isso se dê quando certos programas, como o Bolsa Família, passem a ser vistos como algo já arraigado à realidade do país e não mais como benesse de um partido ou de um governante. Mais ou menos como aconteceu com o controle da inflação, que, de início, foi um enorme trunfo para o PSDB, com o Plano Real, mas

depois foi visto como uma conquista já consolidada. Aliás, em relação ao Bolsa Família, penso que já nessa próxima campanha eleitoral todos os candidatos vão defendê-lo. Talvez até alguns mudando o nome do programa, chamando-o de bolsa-qualquer-coisa, e acrescentando uns quantos reais no benefício mensal, numa tentativa de mostrar para que seu projeto é diferente e mais vantajoso para os pobres do que o do PT. **Quanto à alternativa ao ciclo PT, quando ele chegar ao fim, é difícil dizer. Se ele acabasse agora, é inegável que seria substituído por algo pior: a oposição de direita, com a volta de tucanos, demos e assemelhados. Neste pacote inclui Eduardo Campos.**

P: Você acredita numa retomada das demonstrações de rua em 2014? Em que escala? Durante a Copa? Acredita que os jovens podem obter a adesão dos trabalhadores desta vez?

R: Penso que haverá, sim, uma retomada das manifestações de

rua, embora seja difícil prever em que escala. Movimentos de massas muitas vezes surpreendem quem se mete a prever como vão se dar. Mas, com certeza, manifestações acontecerão pouco antes e durante a Copa. Por mais que isso incomode aos governos, que gostariam que esse período fosse de paz absoluta, os manifestantes não são idiotas. Sabem que, nessa época, os olhos do mundo estarão voltados para o Brasil, o que ajuda a dar maior repercussão às manifestações e às suas reivindicações, além de impor certos limites à violência policial. Quanto à possibilidade de maior amplitude do movimento do ponto de vista da adesão de pessoas de outras camadas sociais, acho que este ano isso já aconteceu. Fui a todas as manifestações e constatei que havia gente de diferentes classes sociais. Havia muitos jovens de origem pobre ou de classe média baixa. Alerto, porém, para um fato: não se pode pensar em trabalhadores apenas com aquela imagem de antes, de trabalhadores fabris. A sociedade se diversificou muito.

P: Como você analisa o movimento de junho de 2013? Houve resultados concretos? Quem são estes jovens que foram às ruas e como você os compara à sua geração?

R: Vejo o movimento como muito positivo. Aliás, gente na rua participando de política é sempre muito bom. Quando vi certos petistas, ou de partidos satélites do PT, preocupados com as passeatas, achando que elas poderiam prejudicar a popularidade de Dilma, Cabral ou Paes, fiquei com uma forte impressão de que eles tinham mu-

dado de lado, transformando-se em burocratas incorrigíveis. Só se avança no sentido da conquista de bandeiras populares com participação do povo. Nem que seja para pressionar as múmias que, em Brasília, nos representam e fazem as leis. Quanto a resultados concretos, eu poderia dar como exemplo o recuo na tentativa de aumentar as tarifas dos ônibus e medidas que o Congresso, diante da pressão das ruas, aceitou tomar. Mas há outros resultados, ainda mais importantes e não menos concretos: a politização de um enorme contingente de jovens que teve nessas manifestações suas primeiras experiências políticas. É

P: A Copa vai colocar o Brasil no centro do mundo e apresentará um marco do país como potência emergente ou será um mico histórico de desorganização, falta de infraestrutura e repúdio popular?

R: Não creio que seja uma coisa ou outra. Talvez, seja um pouco de tudo. O que vai ver o mundo que, por ocasião da Copa, estará olhando para o Brasil? A Copa pode ser um importante evento esportivo, mobilizando milhões de pessoas no Brasil e no mundo inteiro. Mas, também, quem estiver olhando para a Copa poderá ver exemplos gigantescos de corrupção e superfaturamento na construção



preciso levar em conta uma coisa: **o que forma politicamente as pessoas é a participação. Assim como 68 foi um importante laboratório, que moldou toda uma geração de militantes políticos, espero que este ciclo que começa agora também nos deixe um legado em termos de consciência de uma nova geração.** De qualquer forma, penso que tentativas de comparação das duas gerações são ainda prematuras. É preciso dar mais tempo ao tempo.

de estádios ou das obras de infraestrutura. Verá, ainda, com certeza, descompromisso com a chamada coisa pública e enorme descaso com as necessidades do povo, até porque as manifestações populares vão destacar esses pontos. Espero que o que mais chame a atenção seja a luta de um povo que, mesmo torcendo pelo sucesso de sua seleção, seja capaz de fazer o país avançar e de pôr contra a parede autoridades sem espírito público, o que, infelizmente, aconte-

ce na maior parte dos casos em nosso país.

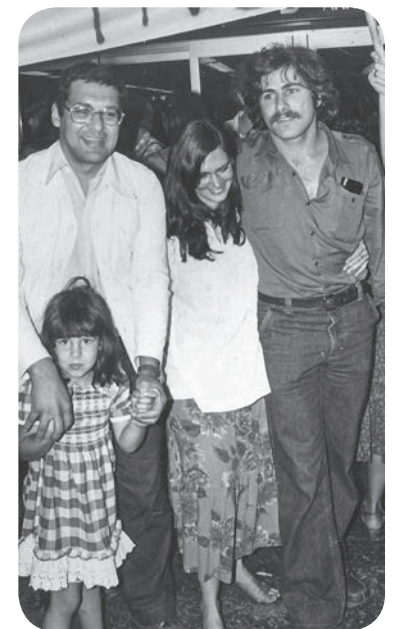
P: Em *Gracias a la vida – Memórias de um militante*, você faz uma reflexão sobre os anos de chumbo. Como você compara o Brasil dos anos 1970 com o atual?

R: Não há base de comparação. Por conta do lançamento de meu livro, tenho participado de uma série de debates. E **tenho visto muitos exageros. A partir do despreparado e da truculência das polícias de Cabral ou de Alckmin, ou ainda de casos como o do pedreiro Amarildo, alguns começam a comparar a situação atual à dos anos de chumbo. Quem faz isso tem memória curta ou não sabe o que foi a ditadura.** O caso Amarildo teve repercussão, enfrentou reação da sociedade, foi noticiado na mídia e os assassinos estão presos à espera de julgamento. Na ditadura, casos como este foram abafados. O próprio Cabral tem sido chamado de fascista. Ora, eu não poria a mão no fogo pela sua honestidade, penso que é um mau governador e acho certos episódios recentes de que foi protagonista (às vezes com guardanapo na cabeça) um verdadeiro acinte, mas não me parece que ele seja fascista. Há um certo exagero nisso tudo.

P: Você assistiu a Copa de 1970 no Dops. Na Copa de 2014, estará no Maracanã?

R: Em 1970 só assisti ao vivo a dois jogos da Copa. O primeiro, contra a Tchecoslováquia, no Dops, a polícia política estadual. Mas depois fui levado novamente ao DOI-Codi. Lá, só sabia que havia jogo do Brasil por-

que os torturadores desapareciam durante certo tempo. Mas em junho fui libertado, juntamente com mais 39 presos políticos, e na Argélia pude assistir à final entre Brasil e Itália. Sobre a Copa de 2014, creio que verei os jogos pela TV. Admito ter uma pinimba com esse novo Maracanã. Ele agora virou o que chamam de “arena”, não é mais o meu Maracanã, aquele que frequentei anos a fio – mesmo nos



anos de chumbo, quando vivia na clandestinidade e tinha a foto estampada em cartazes distribuídos pelas ruas. Naquele velho Maracanã sempre havia lugar para um amigo que chegasse mais tarde, porque, se fosse preciso, as pessoas se apertavam nas arquibancadas. Nele, nos momentos de um gol do Flamengo, abraçávamos desconhecidos. Ainda não fui e nem sei se algum dia irei a esse novo estádio. Não o reconheço como o meu Maracanã. Sei que pode ser implicância de alguém que está ficando velho, mas, paciência. Estou mesmo ficando velho.

Dilma sob ventos contrários



J. Carlos de Assis*

O ex-ministro Delfim Netto, que tem um inigualável poder de sínteses metafóricas, disse a propósito da eleição da Presidenta Dilma que Lula tinha tido vento a favor, enquanto ela teria vento contra. Isso é a pura verdade. Embora Lula, antes da eleição e nos primeiros meses de governo, tenha se defrontado, no plano político, com alguns ensaios conspiratórios, na economia ele foi beneficiado por circunstâncias internacionais e internas francamente favoráveis, as quais lhe permitiram recuperar uma economia em crise e dar início a seu grande projeto social de matar a fome de grande parte do povo brasileiro.

Na época da inauguração as coisas não eram tão fracamente visíveis. Por volta de 2002 a China vinha mantendo há anos uma taxa de crescimento anual constante da ordem de 10%, mas isso ainda não aparecia na forma de um PIB forte o suficiente em valor absoluto para arrastar boa parte da economia mundial. Da herança deixada por Fernando Henrique, o fracassado tripé econômico resultaria em taxas de juros exorbitantes, câmbio próximo dos quatro reais por dólar, uma taxa de inflação que estourava para quase 14% e uma taxa de desemprego alarmante. Como se verá, isso foi, em parte, de grande benefício para a política de Lula.

Quando o efeito China sobre exportações de minério de ferro e soja, com alta de preços

e quantidades, apontou para um crescente saldo comercial é que se arranjou o tripé. O fluxo de dólares amansou o câmbio, a taxa de juros pôde ser baixada e a manutenção do superávit primário tornou-se irrelevante para a recessão econômica, agradando ao mesmo tempo os insuportáveis “vigilantes” da dívida pública. Mais importante ainda é que a taxa de câmbio herdada era tão alta que sua redução gradual acompanhando o aumento do saldo comercial foi compatível por algum tempo com a sustentação da exportação de manufaturados.

Nada disso, por certo, dependeu de decisões conscientes de Lula. Alguma coisa, como dito, dependeu do desastre pouco reconhecido da administração anterior. O que dependeu de Lula, inequivocamente, foi a determinação de atacar as mazelas sociais históricas do país, algo que, sob os mencionados ventos chineses favoráveis, só começou realmente cerca de dois anos depois de sua posse, tendo consequências internas duradouras. Por outro lado, ele deixou a economia sob o comando de Antônio Palocci, cujo único mérito, embora a gosto dos conservadores, foi insistir no estúpido tripé macroeconômico a despeito de uma economia ainda longe do crescimento sustentável, e que assim mesmo foi submetida a uma travada quando ensaiou um crescimento maior em 2004.

A política progressista de Lula no plano social seguiu paralela a um processo econômico comandado sobretudo por forças

externas, assim como por forças externas internalizadas. A presença de Palocci e de Henrique Meirelles, este no Banco Central, cobriu o flanco direito do Presidente e lhe permitiu implementar com decisão suas principais promessas de campanha sem oposição relevante dos conservadores. Essas não se situavam no plano da economia, mas no plano social: recordes de baixa da taxa de desemprego e efetiva redistribuição de renda do trabalho. Isso, por sinal, aparecia claro na Carta ao Povo Brasileiro, lançada para acalmar a direita. Quando, na época, li pela imprensa fragmentos dela, tive tanta decepção que me recusei a lê-la na íntegra. Recentemente a li toda. É uma bela carta.

O que a imprensa majoritariamente de direita destacou na época foi o compromisso de fazer superávit primário, talvez com o propósito deliberado de intrigar o candidato com a esquerda econômica. O resto foi ignorado. Entretanto, mesmo esse compromisso estava atenuado na Carta ao apontar o superávit primário como um recurso temporário. Isso não é nenhuma aberração para um keynesiano progressista. A propósito, Luiz Gonzaga Belluzzo costuma lamentar o fato de que os economistas oficiais não conseguem fazer uma política fiscal verdadeiramente keynesiana, que implica gerar déficit primário na recessão e superávit primário no boom. É o que chamamos de política fiscal anticíclica. Para alguns, equivocadamente, o superávit primário é sempre um mal, independentemente do ciclo.

A determinação de Lula de atacar as mazelas sociais seculares no Brasil, em primeiro lugar a fome e os salários degradados, *pari passu* com a evolução econômica é o mérito central de seu governo. É preciso notar que isso foi preparado antes mesmo da inflexão na taxa de crescimento. Se pensam que é fácil politicamente, rememorem o Delfim do regime autoritário, com o lema famoso de que primeiro era preciso fazer crescer o bolo para depois distribuir. Ou deem uma lida nos editoriais furiosos do "Wall Street Journal" contra a "obsessão" de Obama em convocar a sociedade para combater a desigualdade como uma prioridade acima do próprio crescimento da economia.

A situação internacional favorável a uma política de crescimento econômico e inclusão social mudou radicalmente com a crise de 2008. A resposta inicial brasileira foi impecável: ela usou inclusão social, com aumentos do salário mínimo e do Bolsa Família, como instrumento de enfrentamento da crise. Ao mesmo tempo, fez-se uma política fiscal e financeira verdadeiramente anticíclica, operada com maestria por Luciano Coutinho no BNDES, pela Fazenda e pelos dirigentes dos demais bancos públicos. Na frente externa, Lula aderiu com firmeza aos líderes mundiais do G20 que, pelo menos até a reunião de Toronto em 2010, se comprometeram conjuntamente com políticas fiscais expansivas.

Entretanto, no segundo semestre de 2010 a Alemanha de Merkel, apoiada pela França de Sarkozy e pela Inglaterra de Cameron, abriu a dissidência no G20 que levaria às chamadas

"estratégias de saída": em lugar de expansão fiscal, contração. Lula ficou do lado da expansão, mas, internamente, seus assessores econômicos deram uma guinada na política econômica. Entusiasmados com o crescimento de 7,5% em 2010, acharam que era hora de tirar o pé do acelerador. Assim como aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, também aqui a economia sofreria forte desaceleração nos anos seguintes. Mas estes são anos de Dilma, não de Lula.

em mais de dez anos; o mercado interno arrefece e o crescimento do PIB deve ser inferior a 2%, baixo mesmo para os padrões brasileiros recentes.

As circunstâncias internacionais são ainda piores. A Europa do euro fez uma opção deliberada pela contração fiscal e do mercado interno, deixando como única janela para o crescimento, tendo em vista a exaustão da política monetária de juros zero, o aumento das exportações e do superávit comer-

tos esses superávits? Naturalmente, se não dermos uma virada estratégica em nossa política econômica, nós estaremos entre os emergentes que serão chamados a pagar o pato na forma de exaustão de suas reservas internacionais. Isso está acontecendo: basta olhar a série histórica recente do saldo comercial brasileiro, já na linha do déficit depois de 19 meses de superávits. Este, a meu ver, é o forte vento contra que a Presidenta terá de enfrentar.

Tenho grandes dúvidas em relação à capacidade de sua equipe econômica de enfrentá-lo, já que sua imaginação recente, depois do período heroico de 2008 e 2009, parece não ir muito além de desonerações fiscais. Por outro lado, o empresariado não ajuda: por sua obsessão insuportável em não pagar imposto, não muda de foco e é incapaz de enxergar um palmo adiante do nariz quando se trata de estratégia. Na verdade, não temos outra alternativa a não ser o aprofundamento da integração da América do Sul, já o principal destino de nossas exportações. Americanófilos e eurófilos insistem no velho modelo de esperar tudo do Norte, inclusive miraculosos acordos de livre comércio, não enxergando que ele está deliberadamente falido por opção de política econômica. Agora, com a economia derrapando, seria a hora de reduzir ou eliminar o superávit primário. Dona Dilma terá, portanto, que escolher uma rota; se se deixar levar ao vento, será um desastre para todos nós.



Elza Fiúza/ABr

A Presidenta enfrenta vento contra por todos os lados: a conta comercial de commodities já não pode confiar exclusivamente na China, pois sua taxa de crescimento desacelera; o mercado interno europeu está contraído; o aumento da taxa de câmbio que favoreceria a retomada de exportações de manufaturados constitui uma ameaça de inflação; a taxa de desemprego continua reduzida mas o índice de criação de novos empregos encontra-se no nível mais baixo

cial. A duplicação das exportações a cada cinco anos é também a política oficial norte-americana, que está sendo cumprida. O Japão recorreu a uma megadesvalorização do iene (20%) para estimular exportações. Em outras palavras, países industrializados avançados, mais a China, têm, pela primeira vez na história, uma política comum simultânea de busca de aumento de exportações e de superávits comerciais.

Em relação a quem serão fei-

* É economista, doutor em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ e professor de Economia Internacional da UEPB.

2014

Fernando Cardim de Carvalho*

Como se costuma dizer, previsão é sempre uma atividade arriscada, especialmente quando se trata do futuro. Mas o ano que se inicia está especialmente marcado por enormes incertezas, tanto no que se refere à economia brasileira, quanto à mundial.

Começando pela floresta, antes de falar da árvore, a economia mundial entra no sétimo ano de um processo depressivo do qual só se encontra um similar quando se recua no tempo cerca de oito décadas. A profundidade da queda de produto e emprego em 2008 e 2009 foi limitada pela intervenção concertada de política macroeconômica, mas o consenso político inicial foi rapi-

damente perdido, especialmente no que se refere à política fiscal adequada para combater a crise. Há pelo menos três meses apenas a política monetária tem sido utilizada, especialmente nos Estados Unidos, mas também, com grande relutância, na Europa ocidental. As taxas de juros foram reduzidas, mas esse instrumento mais tradicional mostrou cedo suas limitações no combate a uma crise das proporções vividas, e novas formas de intervenção tiveram de ser encontradas, que podem ser resumidas na enorme expansão dos balanços das autoridades monetárias americana, britânica e da eurozona, que se tornaram compradoras-de-última-instância para várias classes de ativos na tentativa de evitar um colapso em

bola de neve de seus mercados. De um modo ou de outro, a estratégia funcionou, evitando que o colapso inicialmente verificado do produto e do emprego nas economias mais avançadas prosseguisse e atingisse os níveis dos anos 1930, mas não se pode evitar a segunda marca característica de uma depressão, a recuperação lenta, frágil, volátil (às vezes mesmo a estagnação pura e simples por um prolongado período).

Essa parece ser a marca do desempenho da economia americana desde 2010. Ela também parece caracterizar o período que se abriu nos estertores de 2013 na União Europeia. Taxas de crescimento voltam a ser positivas, ainda que nem de longe exuberantes, mas voláteis. Todo o processo de re-

cuperação se mostra vulnerável a choques de todo tipo, inclusive os autoinflingidos, resultantes da adoção de políticas jurássicas de restrição fiscal, no que passou a ser conhecido como austeridade fiscal.

Em 2014, a economia americana se mostra em estágio mais avançado desse processo de recuperação e, salvo a ocorrência de uma crise de maiores proporções, cujas raízes mais prováveis seriam encontradas no choque entre um poder executivo pusilânime e uma câmara de representantes aparentemente tomada pela mais incrível irracionalidade em torno de decisões de política fiscal, é de esperar que ele continue durante o ano. Outro fator de risco, amplamente discutido nos últimos meses, é a reversão



da política de alívio quantitativo (QE) adotada pelo Federal Reserve. A meu ver, porém, esse risco pode ser menor do que às vezes se veicula, especialmente depois da nomeação de Janet Yellen como sucessora de Ben Bernanke na chefia do Fed. Não será possível provavelmente evitar todos os efeitos colaterais negativos de uma “normalização” nos mercados de ativos financeiros atingidos pelo QE, especialmente no que se refere a elevações de taxas de juros de prazo mais longo, mas não há razão para se esperar que as autoridades do Fed não administrem esse processo de modo a minimizar os danos que ele possa causar à economia americana.

A economia europeia se encontra em muito pior forma, mas tudo indica que o fundo do poço foi encontrado em 2013. Chegar ao fundo do poço é sempre uma vantagem, porque a partir dali só se pode estabilizar-se ou expandir-se. Países como Espanha e Portugal comemoram a chegada ao fundo do poço como se fosse a superação de um pesadelo. O mais provável, no entanto, é que se esteja no início de um longo processo de estagnação, em que o crescimento (muito baixo, diga-se) vivido por essas economias é apenas reflexo do empobrecimento generalizado e das perdas sofridas nos últimos três a quatro anos. Itália debate-se para sair da recessão (ou seja, ainda não sabe se chegou ou não ao fundo do poço), situação agravada pela crise política quase permanente vivida pelo país. França desliza dolorosamente ladeira abaixo. Afinal, apenas a Alemanha, entre

os países europeus relevantes continua a usufruir de sua política neomercantilista. Em resultado, 2014 deve ser, no saldo das experiências nacionais, um ano “positivo”, isto é sem continuadas contrações de produto e emprego e com crescimento medíocre.

Completando o cenário, naturalmente, está a China, sempre um enigma. Já não há mais dúvidas que a redução das taxas de crescimento econômico é definitiva. Já no que se refere a mudanças estruturais (as “reformas” com que sonham liberais e instituições financeiras), o futuro é muito mais opaco. É uma forma de entretenimento acompanhar as tentativas de analistas de bancos ou autoridades de instituições multilaterais ou mesmo membros de governos ocidentais de entender as complexidades da linguagem utilizada por partidos comunistas (alguns parecem achar que são complexidades da mente oriental, porque tanto uma como outra são completamente inacessíveis a esses observadores). Em particular, há uma enorme dificuldade em se entender o horizonte temporal para o qual decisões são tomadas. Eventos cotidianos passam a receber uma grande atenção (veja-se o destaque dado em jornais de excelente nível, como o Financial Times, a idas e vindas da provisão de fundos ao mercado interbancário chinês pelo Banco Popular da China nos dois últimos meses de 2013) e são interpretados sucessivamente como sinais significativos de mudanças ou de reafirmação dos procedimentos existentes.

Não há dúvidas que a Chi-



na vai manter seu crescimento em taxas menores que aquelas a dois dígitos do passado recente. O que mais vai mudar? Em 2014 provavelmente muito pouco. Como em 2015 e 2016 ou, na verdade, qualquer ano que se escolha como foco.

Em um quadro assim, a economia brasileira viveria riscos consideráveis mesmo que não houvesse tantas incertezas domésticas como efetivamente existem. A inflação é desconfortável, mas ainda mais desconfortável é a impressão de que não se sabe muito bem o que fazer com ela, apelando-se para medidas *ad hoc*, como a procrastinação de mudanças de tarifas ou de preços de combustíveis. O ritmo de crescimento não é mau, quando posto numa perspectiva internacional, mas parece também excessivamente apoiado em medidas *ad hoc*, como a redução de impostos sobre a produção da indústria automobilística. Grandes expectativas cercavam as definições sobre investimentos em infraestrutura, mas a maioria delas, se não foram exatamente frustradas, também não foram concretizadas. A maioria das iniciativas que deveriam se tornar divisores de águas entre o passado de estagnação e o futuro de desenvolvimento acaba

esbarrando em algum percalço e ficando para mais tarde.

Em meio a isso tudo, duas preocupações saltam à vista. A primeira é o processo de degradação da indústria nacional. Ele pode ser detido em 2014 pela desvalorização cambial que deve resultar da reversão de QE, mas o estrago acumulado é grande e, como no caso da inflação, é extremamente desconfortável a sensação de que o governo não tem uma visão muito clara do que deve fazer para mudar isso. A segunda preocupação é a degradação do balanço de pagamentos. Novamente, 2014 pode ser ajudado pela desvalorização cambial, mas os desequilíbrios em conta corrente já foram longe demais para que não se tema que isso possa não ser suficiente para estabilizar a situação.

Em resumo, é um período difícil para a economia mundial, mas também para a economia doméstica, por razões domésticas. Além de tudo, é um ano de eleições gerais em um país onde o governo é um ator de importância central. Se o governo atual passa uma impressão de não saber muito bem para onde ir, as alternativas que despontam não oferecem nada de tranquilizadoras. O principal partido de oposição não demonstrou saber como promover o crescimento econômico e nada indica que nesses anos longe do poder tenham aprendido alguma coisa. O outro candidato de oposição é ainda um mistério, já que pouco ou nada diz sobre seus planos.

* É professor emérito do IE/UFRJ.

Crescimento com redução da desigualdade: 2014, momento crítico de decisão

Claudio Salvadori Dedecca*

Quando comparada às trajetórias da economia brasileira durante as crises anteriores, é inquestionável as vantagens que a atual trilhou. Apesar da intensidade alcançada pelo colapso internacional desde final de 2008, a economia brasileira conheceu um momento pontual de recessão, concentrada nos últimos meses daquele ano e no primeiro semestre de 2009. Ao longo dos primeiros anos desta década, ela conseguiu manter uma trajetória de crescimento, mesmo que baixa e instável, mas que foi acompanhada por elevações da renda e do emprego e pela continuidade da redução da desigualdade da distribuição de renda corrente. Este resultado esteve associado ou lastreado, ao menos: (i) na continuidade da entrada de capitais externos, que, em conjunto com o superávit comercial, possibilitou o financiamento do déficit em conta corrente; (ii) na existência de reservas internacionais superiores ao endividamento externo; (iii) em uma inflação que se elevou, mas que se mantém sob controle; (iv) a uma baixa dependência energética externa; (v) na manutenção do superávit primário sem comprometimento da política fiscal expansiva; e (vi) na continuidade da política da renda interna reforçada pelo aumento do emprego, que teve a valorização do salário mínimo como instrumento estratégico.

Depois de uma recuperação rápida e intensa do produto em 2010, é evidente que a economia brasileira tem encontrado gran-

de dificuldade de manter e ainda mais de elevar sua taxa de crescimento. De 2012 a 2014, temos iniciado o ano com expectativa de crescimento da ordem de 4%, que se deteriora ao longo dos meses, observando um esforço ponderável da política econômica em viabilizar, ao menos, um taxa de 2%. Quando analisadas as contas nacionais, percebe-se que a expansão limitada do produto tem sido garantida pelo incremento estável do consumo, que não tem sido acompanhado pela recuperação dos investimentos. Estes se expandiram em 2010, mas não se sustentaram nos anos subsequentes. Em resumo, pode-se dizer que o crescimento atual continua dependente das capacidades produtiva, tecnológica e humana existentes, como o ocorrido nos anos pré-crise. Ao ampararmos o crescimento na exploração dos recursos existentes, sem a recuperação sustentada do investimento, tendemos a nos aproximar progressivamente dos limites que a capacidade atual apresenta, tornando cada vez mais árdua a tarefa de manter o movimento expansivo.

Dois diagnósticos, com seus respectivos remédios, se apresentaram com o objetivo de superar o quadro de constrangimento vivido pelo investimento.

O pensamento ortodoxo, mais associado aos interesses do capital financeiro, recolocou as reformas estruturais como estratégia central. De acordo com esta perspectiva, as reformas trabalhista, previdenciária e tributária são decisivas para reativar o investimento, ao permitirem a redução

do gasto corrente do Estado e os custos correntes das empresas. A falácia deste argumento é evidente, quando se constata o estancamento do investimento privado apesar do esforço de desoneração tributária e redução do custo do financiamento de longo prazo feito pelo governo. Desde 2009, a política econômica tem procurado reduzir o custo do investimento, sem que se observe um maior comprometimento do setor privado de reativá-lo de modo sustentado. Mantida a situação atual do investimento, a decisão do governo de adotar uma política fiscal restritiva e de conter o aumento da renda interna levaria ao rompimento da base de sustentação do crescimento que resta, isto é, a expansão estável do consumo, abrindo a possibilidade de um período de recessão para os próximos anos. Sem dúvida este resultado permitiria recompor os ganhos no mercado financeiro lastreados pela dívida pública remunerada a uma taxa de juros real elevada. Porém, retrações dos níveis do produto, do emprego e da renda tenderiam a ocorrer, bem como o aumento da desigualdade de renda corrente e a elevação do nível de pobreza monetária.

A outra perspectiva, considerada como heterodoxa ou desenvolvimentista, ancorada na abordagem keynesiana e teoricamente mais orientada aos interesses do desenvolvimento industrial, identifica o problema de financiamento e de política setorial e tecnológica como os fatores centrais para destravar o investimento. Apesar

Antoninho Perri



da diferenciação da ênfase adotada, proposições desta perspectiva entendem que a manutenção de uma taxa de câmbio desvalorizada é fundamental para o crescimento. Em grande medida, tanto o diagnóstico do problema como as iniciativas de políticas públicas para superá-lo adotadas pelo governo convergem para esta perspectiva. A postura do governo tem criado grande tensão com os interesses defensores do ajuste ortodoxo, que ao longo de 2013, em conjunto com as instituições financeiras, foi responsável pela emergência na mídia de uma visão catastrofista sobre o futuro próximo da economia brasileira.

Ocorre, entretanto, que a adoção da estratégia da política pública de ativação do investimento não tem mostrado o resultado esperado, mantendo o aprisionamento do crescimento à dinâmica do consumo corrente. É reconhecido ademais que os grandes eventos da Copa e da Olimpíada e o crescimento internacional podem ajudar, mas não são fatores decisivos para destravar os investi-

mentos de modo estável e sustentável. Neste sentido, pode-se afirmar que a economia brasileira se encontra em um momento crítico em termos de decisões da política pública quanto ao crescimento dos próximos anos, em especial no que diz respeito ao padrão de investimento que ele requer. Em uma breve nota como esta, é possível explorar duas questões relevantes sobre tal desafio: uma relacionada às condições de financiamento mais imediatas e outra associada às condições de longo prazo. Ao explorar estas duas questões, pode-se explicitar como o governo atual tem encontrado dificuldades para enfrentá-las, em razão da ausência de uma estratégia de desenvolvimento.

Em relação à reativação do investimento é evidente a falta de estratégia da política pública. Nos últimos anos, o governo promoveu uma série de desonerações fiscais e a ampliação das condições de financiamento sem que as iniciativas estivessem associadas a políticas de desenvolvimento setorial, tecnológico e social. Independentemente da controvérsia que sobre elas recai quanto aos impactos sobre a condição financeira dos fundos públicos, em particular do previdenciário, constata-se que medidas serviram em grande medida para dar sustentação ao consumo. A evolução atual dos setores automobilístico e de eletrodomésticos (linha branca) são exemplos contundentes desta experiência.

Só mais recentemente, se observa que as novas concessões de atividades de utilidade pública ao setor privado se fizeram com o objetivo estratégico de ativar o investimento, porém sem uma articulação com uma política setorial de longo prazo em termos de mobilidade regional e

urbana. Mesmo assim, em boa parte delas, o financiamento público tem tido papel fundamental. É o caso da ampliação dos aeroportos, cujos investimentos privados têm sido lastreados pelos fundos de pensão das estatais e pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

No que se refere a uma estratégia de longo prazo, não parece haver uma iniciativa mais robusta do governo. Em relação a este ponto, o grande desafio diz respeito ao padrão de investimento, isto é, qual a estrutura de inversão necessária para a consolidação de uma determinada e desejada estrutura produtiva que tenha a capacidade de sustentar um processo de desenvolvimento com redução da desigualdade.

Apesar dos evidentes e crescentes problemas de mobilidade urbana, as soluções encaminhadas se resumem, em grande medida, a corredores para ônibus, alguma expansão dos sistemas de metro e ampliação do sistema rodoviário. O desenvolvimento de sistemas regionais de trens e a implantação do metrô de superfície encontram-se totalmente ausentes da estratégia de investimento. Mesmo estando dentro ou próximo do centro urbano de referência, não há qualquer indicio de construção de um simples trem de superfície para os aeroportos de Cumbica, Galeão e Viracopos, apesar da projeção da elevada capacidade de passageiros que receberão nos próximos anos.

A importância de estabelecer uma estratégia de investimento



não se constitui em uma novidade na história do desenvolvimento brasileiro. Depois de cantar glórias para crescimento com aumento explosivo da desigualdade do período 1967-1973, a estratégia adotada pelo governo militar da época foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Ele tinha o objetivo de destravar o investimento, estabelecendo ademais um padrão que reduzisse a desigualdade socioeconômica consolidada em um crescimento lastreado pelo consumo. Em certa medida, o crescimento atual encontra-se amparado na estrutura produtiva que emergiu dos investimentos do II PND.

Neste sentido, pode-se afirmar que o crescimento brasileiro vive um momento crítico em 2014, seja em termos da sua continuidade, como no que se refere ao seu padrão e sua capacidade distributiva. Definir e dar marcha a um padrão de investimento baseado em políticas setoriais, tecnológicas e sociais consistentes constitui uma necessidade premente e fundamental para o país trilhar uma trajetória de crescimento sustenta-

do com redução da desigualdade socioeconômica. Não parece que o governo tenha plena consciência da importância e do tamanho deste desafio, quando, frente às dificuldades encontradas pelo crescimento atual, continua atado a explorar os mecanismos de políticas públicas que viabilizaram as conquistas passadas. É inegável a necessidade de mantê-las, porém é preciso que o governo mobilize o Estado com objetivo estratégico.

É preciso explorar a parca iluminação existente sobre o futuro para a tomada de decisões, ao invés de continuar atado à imagem que o retrovisor propicia.

* É professor titular do Instituto de Economia da Unicamp.

1 Esta breve nota está baseada no ensaio escrito em coautoria com Francisco Luiz Cazeiro Lopreato, que, obviamente, não tem qualquer responsabilidade sobre o ponto de vista aqui defendido. Ver “Os desafios de um padrão de investimento para o crescimento com redução da desigualdade no Brasil”, Texto de Discussão 223, Campinas: IE/Unicamp. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3317&tp=a>.

2014: entre o “não mais” e o “ainda não”

Léo Lince*

A pesar da terminação numérica, o ano 14 do século 21 será um ano ímpar na política brasileira. A sequência de manifestações que abalou o país no mês de junho do ano passado foi, sem dúvida, um evento sentinela. O espectro da gigantesca irrupção contestatória, com a consistência ameaçadora dos fantasmas, pode retornar a qualquer momento. Na condição de enigma não decifrado, haverá de rondar os acontecimentos do novo ano como um espantoso sinal de alerta.

O ano se abre sob o signo da incerteza. Não a incerteza comum e corriqueira, dessas que se apresentam no dobrar de qualquer esquina. Mas aquela incerteza típica dos períodos de rearranjo sistêmico, onde a dinâmica do equilíbrio social atravessa turbulências de um tipo singular. Em tais períodos, tudo que parece sólido pode se decompor a qualquer momento. O mal-estar difuso, que corrói a partir da base todas as estruturas, sempre propicia a emergência súbita de situações inesperadas.

Como se não bastasse tal pano de fundo, a incerteza já marcou datas e enviou convites para que o inesperado faça novas surpresas. São datas que não podem ser desmarcadas, e que, ao mesmo tempo, definem de antemão o calendário dos conflitos que podem nos recolocar mais uma vez, como aconteceu em junho, no interior do hiato tumulatório que separa o desastre da salvação.

Uma dessas datas é o cinquentenário do golpe militar de 1964. O epicentro será no fim do pri-

meiro trimestre, mas o doloroso dever de passar em revista o sentido daquela página infeliz atravessará o ano inteiro. As mídias todas, desde o oligopólio grandalhão até a guerrilha dos “ninjas” nas redes virtuais, estarão obrigadas, por dever de ofício, a tratar do tema. Nas instituições da política, nas universidades, nos recintos fechados de igrejas e clubes, no espaço livre das ruas, enfim, em toda parte será reavivada a memória das lutas deste meio século.

A memória, como o zoom da fotografia, costuma aproximar o sentido do que revisita. Afinal, o “constructo” autoritário de 64 e o contraponto democrático que lhe ofereceu resistência, de certa forma, estão presentes ainda hoje. São espinhos cravados na ferida cicatrizada, camadas geológicas da formação política brasileira. As estruturas forjadas nas abas da ditadura estão todas, inteirinhas, presentes na atualidade. Na indústria cultural de massas, com seu suntuoso padrão global, nos anéis burocráticos que articulam as alavancas do poder público com os pontos fortes do poder privado. Mudaram de feição, mas conservam o âmago da prepotência oligárquica.

Por outro lado, a cidadania também guarda a memória da resistência. Excluída e violentada em seus direitos, ela se viu obrigada a retroceder até os limites mais elementares do tecido societário. Esse recuo compulsório propiciou descobertas. Nele, a sociedade civil desarticulada e gelatinosa se percebeu como reverso do autoritarismo. A partir deste ponto, começa um processo no qual se resgata o sentido da autonomia e da auto-organização dos novos

movimentos sociais. Um processo que, além de decisivo para a derrota da ditadura, marcou as conjunturas seguintes e redefiniu o grau de complexidade da estrutura social brasileira. Reacesa, a memória de tal processo pode funcionar como espoleta capaz de desencadear novos abalos. Afinal, mais do que remover o entulho autoritário, o confronto de hoje é com a permanência da brutalidade opressora.

Outro evento que ameaça se desatar em turbulência é a realização no Brasil, o país do futebol, da próxima Copa do Mundo. Com epicentro marcado para o fim do segundo trimestre, ele está envolto, desde já, no debate apaixonado e pode, a depender do que rolar nos campos e fora deles, deixar marcas indelévels no processo subsequente.

O próprio futebol já não anda bem das pernas entre nós. Os nossos craques, assim como o minério de ferro e a soja, são mercadorias que vão realizar o seu valor em outras plagas. O Bayern de Munique foi campeão mundial com gols de brasileiros. As malhas da globalização, também neste plano, destilam o seu poder corrosivo, fazendo com que a paixão nacional se transfigure em raiva. Violência nos estádios, tristeza e vergonha por um campeonato onde as maiores jogadas não se deram em campo, mas nas barras dos tribunais.

O que aconteceu por ocasião da Copa das Confederações, uma espécie de ensaio geral do que está por vir, mostrou que, para os brasileiros, esta não será uma copa normal. Nem Estocolmo, nem Santiago, nem Cidade do México, belas lembranças, desta vez a copa será aqui. A euforia que costu-



ma acompanhar o evento esportivo puro quando a disputa se dá lá fora, no caso de agora estará mesclada e borrada pelas dimensões negociais do espetáculo.

Estádios caríssimos e superfaturados, remoções violentas para facilitar obras de duvidosa prioridade, preço proibitivo dos ingressos, legislação de exceção, chefões da Fifa ditando regras, entre outros, são ingredientes de um caldeirão que vai ferver. Quantias bestiais de dinheiro público, que falta para saúde e educação, entregues de mão beijada aos consórcios negociais controlados pelos pontos fortes do poder privado. A máquina mercante, ensandecida, nos ameaça com um legado terrível de dívidas e ruínas. São fatos indiscutíveis, escancarados em hasta pública. No confronto entre a pátria de chuteiras e a pátria das empreiteiras, parcela considerável da cidadania já tomou partido e mandou avisos: vai protestar.

Por fim, para completar o quadro, teremos em 2014 eleições gerais no Brasil. Serão 150 milhões de eleitores diante da possibilidade de renovar, na sua totalidade, as Assembleias Legislativas e a Câ-

mara dos Deputados, um terço do Senado Federal, a chefia do executivo de todos os Estados e, principalmente, a presidência da República. O epicentro do abalo será ao final do ano, mas o deslocamento das placas tectônicas já começou e vai atravessar o ano inteiro. Tudo indica, a julgar por alguns antecedentes, que este processo eleitoral será um ponto fora da curva em relação aos pleitos anteriores do mesmo tipo.

No vértice da gigantesca maratona estará, ditando os rumos, a disputa da principal alavanca do poder político. A eleição presidencial sempre foi, no Brasil, a que desperta maior interesse, mobilização e, eventualmente, confronto real entre projetos. Principalmente em época de rearranjo de forças

entre os de cima e insatisfação generalizada, ainda que difusa, entre os de baixo. Em períodos assim, o processo eleitoral pode sofrer impactos capazes de redefinir rumos e produzir novidades, para o bem ou para o mal.

A largada da atual corrida presidencial já foi um prenúncio de mudança de eixo. Alguns candidatos foram postos ao relento com antecedência demasiada. Os desarranjos no condomínio conservador estiveram entre as causas da precipitação. Os partidos da ordem, tanto os da base de sustentação do governo quanto os da oposição favorável ao modelo dominante, se lançaram na disputa presidencial simulando grossa desavença, mas crentes que a eleição se destinava a escolher qual o me-

lhor gerente para o mesmo modelo conservador. Queimaram a primeira largada.

Por ocasião da irrupção de junho, com a aparição das multidões nas ruas, os deuses da política mudaram momentaneamente de lado. Despencou da noite para o dia a popularidade de todos os governantes. Tudo e todos, de uma hora para outra, se viram interpelados pelo tumulto, acusaram o impacto da onda contestatória e se recolheram para novas reflexões. A agenda dos temas que irão polarizar a disputa eleitoral passou a ser uma questão aberta.

O condomínio conservador aposta no atendimento focado das demandas novas e na manutenção da bitola estreita do famoso tripé da macroeconomia conservadora.

A contestação difusa que explodiu nas ruas confronta o modelo e repudia o sistema político ancorado na corrupção sistêmica. A prevalência do autismo da pequena política resultará, como já indicam algumas pesquisas, num amazonas de voto nulo e branco. A segunda alternativa abre largas alamedas para a recomposição da política com a vida real da população. Não está escrito no que vai dar, mas o espectro da irrupção contestatória estará presente em qualquer das alternativas. É ele que fará de 2014 um ano ímpar, que se destina a fluir sob o signo da incerteza, entre o “não mais” e o “ainda não”.

* É sociólogo, assessor parlamentar do deputado Chico Alencar e articulista regular do *Correio da Cidadania*.



O BNDES e as lições do "caso Eike"

João Roberto Lopes Pinto*

Por que a megalomania de Eike Batista mereceu o crédito (e que crédito!) do BNDES? Decifremos este enigma ou seremos devorados por abdicarmos da crítica. Segundo informe do próprio Banco, foram contratados empréstimos da ordem de R\$ 10,4 bilhões com o Grupo EBX. Deste valor, já teriam sido desembolsados R\$ 6 bilhões.

A petroleira OGX, epicentro da crise do Grupo, realizou em 2008 sua primeira oferta pública de ações em bolsa, alcançando uma valorização bilionária sem que ainda tivesse extraído uma gota de óleo, o que no mercado se chama fase de pré-operação. Ou seja, a OGX era apenas projeto, ancorado em campos do pré-sal, que Eike arrematou de forma privilegiada em operação que levou à queda de um diretor da Petrobras.

O desfecho burlesco desta história acabou por se confirmar: o tal projeto não se mostrou minimamente consistente. Em finais de junho de 2013, a OGX afirmou não ter condições, inclusive tecnológicas, para seguir a exploração de alguns campos, os mais promissores. Veio então o rebaixamento e a megadesvalorização da empresa, seguida do pedido de recuperação judicial, em finais de outubro. Em novembro, foi a vez do estaleiro OSX seguir o mesmo caminho. Somadas, as dívidas das duas empresas do Grupo totalizam R\$ 16,2 bilhões.

Embora não se tenha notícia de empréstimo do BNDES diretamente para a OGX, apenas para a OSX o Banco tem contratado R\$ 2,8 bilhões, conforme levantamento realizado pelo Instituto Mais Democracia. O restante dos créditos foi destinado às outras empresas do Grupo, especialmente para a empresa de energia MPX, a de logística LLX e a mineradora MMX.

Não se pode esquecer que os projetos das diferentes empresas do Grupo EBX são integrados, a exemplo das três plataformas que a OGX contratou da OSX, gerando um efeito cascata. Ao mesmo tempo, para saldar parte da dívida, Eike buscou levantar recursos através da venda de seus ativos mais sólidos.

A alemã E.ON assumiu o controle da MPX, alterando o nome da empresa para Eneva e comprometendo-se a assumir parte da dívida do Grupo com o BNDES. Vale lembrar que o Banco tem, através do BNDESPAR, 11,4% das ações ordinárias da MPX-Eneva, que sofreram, por sua vez, forte desvalorização. O grupo norte-americano EIG comprou o controle da LLX, que mudou o nome para Prumo, acertando a rolagem da dívida com o BNDES no valor de R\$518 milhões. O mesmo foi feito pela OSX, que negociou com o Banco a postergação de um empréstimo de R\$ 418 milhões. A MMX Porto Sudeste ficou sob o controle das empresas Impala (Holanda) e Mubadala (fun-

do soberano de Abu Dhabi), também credoras do grupo. Já a MMX Chile ficou com a chilena Inversiones Cooper Mining S.A.

Em que pese o Banco afirmar, na pessoa do seu presidente Luciano Coutinho, de que o risco para o BNDES é zero e que os empréstimos estão garantidos por fiança bancária, auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a participação do BNDES nos



negócios de Eike, motivada pela eclosão da crise do Grupo EBX, indica "fortes indícios de operação antieconômica e de potencial perda patrimonial".

Para além do risco financeiro e da personagem fanfarrona de Eike Batista, o "caso Eike" põe em questão os próprios rumos tomados pelo BNDES. O privilegiamento de determinados setores e grupos econômicos é insustentável, seja do ponto de vista econômico, social ou ambiental.

Este privilegiamento vem de longe, desde quando, em plena ditadura civil e militar no país, o Banco assumiu o papel de fomentar o então chamado capital privado nacional. De lá pra cá, o BNDES ajudou a constituir uma oligarquia empresarial e financeira no país capaz de absorver, tal como um buraco negro, boa parte da renda nacional. Estamos falando dos controladores das empresas Odebrecht, Gerdau, Votorantim, Vale, Grupo Vicunha, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Banco Bradesco, Grupo La Fonte, Grupo Ultra, Grupo EBX, JBS, Banco Itaú, OAS, Queiroz Galvão, que, segundo os dados da campanha "Quem são os proprietários do Brasil?", detêm juntos mais que a quarta parte da riqueza nacional (www.proprietariosdobrasil.org.br).

Tal relação é tão privilegiada que o Banco resiste como pode, a despeito da recém-aprovada Lei de Acesso à Informação, a fornecer as informações sobre os projetos contratados com empresas privadas. Por exemplo, não se consegue saber através da seção "BNDES Transparente", no site do Banco, em quais projetos e em que condições foram destinados os R\$ 10,4 bilhões contratados com o Grupo EBX.

Além dos efeitos da concentração de poder econômico sobre a reprodução da desigualdade social, vale chamar a atenção para o fato de que a retórica do Banco de defesa das "campeãs nacionais", sugerindo um viés

nacional-desenvolvimentista, também não se sustenta. Se já na época da ditadura havia relações de complementaridade e mesmo alianças societárias entre o capital nacional e estrangeiro, o que se dirá agora, após as privatizações e a liberalização econômica. Novamente, o "caso Eike" é emblemático, com os seus ativos todos vendidos para empresas estrangeiras, que agora seguirão como clientes do Banco.

O que dizer do privilégio conferido pelo BNDES, sob o argumento da inserção competitiva do Brasil no mercado internacional, ao setor de commodities, bem como de infraestrutura e insumos básicos voltados a alimentar a exportação de minério, aço, produtos agropecuários, etanol, papel e celulose? A reprimarização de

nossa pauta de exportação e o déficit da balança comercial no ano findo são eloquentes em demonstrar que este não é um rumo sustentável no longo prazo.

Estes são setores intensivos em natureza, cujos projetos em andamento ou já concluídos são geradores de imensos impactos e passivos sociais e ambientais pelo país afora, que o Banco, por seu turno, se mostra incapaz de inibir ou exigir reparação. Se não é verdade, o que o Banco tem a dizer sobre as violações sistemáticas de di-

reitos humanos na construção do Porto do Açú, em São João da Barra, no Norte Fluminense, pela LLX, que recebeu do BNDES financiamento de R\$ 1,3 bilhão? Lá foram desapropriadas dezenas de famílias de modo ilegal; por erro do projeto de dragagem houve a salinização do solo, prejudicando centenas de famílias de pequenos agricultores; o licenciamento ambiental foi realizado de modo fracionado, minimizando os impactos esperados; e onde se pretende construir o

porto é a maior área de restin-ga do país. Caberia, agora, ao Banco, como principal credor, exigir do Grupo norte-americano EIG, novo controlador da LLX, a reparação dos passivos sociais e ambientais.

Que o "caso Eike" sirva à reflexão e inflexão sobre os rumos do financiamento ao desenvolvimento, capitaneado pela ação do BNDES. Que este importante instrumento do Estado brasileiro caminhe na direção da transparência e responsabilidade socioambiental e que promova a diversificação produtiva e o investimento em infraestrutura social, em favor da redução das desigualdades sociais e regionais no país.

* É doutor em Ciência Política, coordenador do Instituto Mais Democracia e professor de políticas públicas da Escola de Ciência Política da UNIRIO.



Agenda de cursos

FEVEREIRO

Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec 2014

Economia Brasileira, Estatística, Macroeconomia, Matemática e Microeconomia – 3 de fevereiro a 22 de setembro 2014 – 510 horas
2ª a 6ª feiras - 18h30 às 21h50
Sábados – 9h às 12h

Ementa:

MICROECONOMIA

I. Demanda do Consumidor:

1. Teoria do Consumidor
2. Curva de Demanda

II. Oferta do Produtor

1. Teoria da produção
2. Custo
3. Curva de Oferta da Firma e da Indústria de curto e longo prazos.

III. Mercados

1. Concorrência Perfeita
2. Monopólio
3. Concorrência Monopolística
4. Oligopólio
 - 4.1 Modelos Clássicos
 - 4.2 Modelos de mark-up
5. Formação de Preços e Fatores de Produção

IV. Equilíbrio Geral e Teoria do Bem-estar

1. Troca Pura
2. Troca Com produção
3. Caixa de Edgeworth
4. Bens Públicos
5. Externalidades

V. Economia da Informação

1. Seleção adversa
2. Perigo Moral
3. Modelo de Sinalização
4. Modelo de Principal Agente.

VI. Teoria dos Jogos

1. Equilíbrio de Nash
2. Equilíbrio de Nash em Estratégias Mistas
3. Jogo Repetido
4. Equilíbrio Perfeito em Subjogos

MACROECONOMIA

1. Contabilidade Nacional
2. Monetária e Fiscal
3. Modelo IS x LM x BP
4. Oferta e Demanda agregadas e Curva de Phillips
5. Crescimento
6. Economia Aberta
7. Investimento e Consumo

MATEMÁTICA

1. Noção de Conjunto
2. Noções de Geometria Analítica
3. Funções
4. Álgebra Linear
5. Funções de uma variável real
6. Integrais
7. Sequências e séries
8. Matemática financeira
9. Funções de várias variáveis reais
10. Equações diferenciais e em diferenças

ESTATÍSTICA

1. Números-índices
2. Probabilidade
3. Principais distribuições
4. Principais teoremas de probabilidade.
5. Inferência estatística.
6. Análise de Regressão.
7. Introdução a séries de tempo, modelos auto-regressivos, de média, móveis e mistos. Tendência, passeio aleatório e raízes unitárias.

ECONOMIA BRASILEIRA

1. A Economia Brasileira de Fins do Século XIX até a Crise de 1929.

2. A Industrialização Brasileira e a política econômica no Período 1930-1945.
3. O Pós-Guerra e a Nova Fase de Industrialização: a política econômica e o Plano de Metas.
4. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. Os planos Trienal e PAEG.
5. A Retomada do Crescimento 1968-1973: desaceleração e os planos econômicos do período. A economia brasileira na década de 1970 e o II PND.
6. A crise da década de 1980. A interrupção do financiamento externo e as políticas de estabilização.
7. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. O debate sobre a natureza da inflação no Brasil.
8. Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. O debate sobre desindustrialização/reprimarização da economia brasileira.
9. O Papel do Estado na economia brasileira no século XX e na atualidade.
10. Tópicos Adicionais.

(Outras informações estão no Manual do Candidato 2014: http://www.anpec.org.br/downloads/Exame2014_manualdocandidato.doc#EB)

Avaliação de Negócios e Tomada de Decisão - modelos em Excel.

Professor Eduardo de Sá Fortes Leitão Rodrigues
3 de fevereiro a 12 de março de 2014 – 30 horas
2ª e 4ª feiras – 18h30 às 21h30

Ementa:

Estudo de Mercado
Avaliação econômico/financeira

Avaliação em condições de incerteza
Simulação por Monte Carlo
Introdução à Teoria de Opções Reais
Decisões gerenciais e tipos de opções em projetos

MARÇO

Planejamento Econômico Avançado

Professor Thiago Moraes
25 de março a 13 de maio de 2014 – 21 horas – 3ª feiras – 18h30 às 21h30

Ementa:

Quantificação de Cenários Prospectivos via modelos matemáticos e estatísticos. Conceitos e definições de dados macroeconômicos do Sistema de Contas Nacional Brasileiro – IBGE
Utilização de técnicas de insumo-produto
Exercícios

ABRIL

Valuation

Introdução à Avaliação de Empresas com Modelagem Financeira em Excel
Professor Marco Antonio Monteiro
28 de abril a 25 de junho de 2014 – 39 horas. 4ª feiras e nas 2ª feiras nos dias 28/04, 12/05, 26/05 e 09/06 – 18h30 às 21h30

Ementa:

Conceitos Básicos de Administração Financeira
Análise das Demonstrações Contábeis - Revisão
Introdução em Avaliação de Empresas
O que é Valuation e quando usar
Avaliação de Empresas pelo Método do Fluxo de Caixa Descontado
Risco e Retorno
Estimativa do Custo de Capital e Taxa de Desconto
O Valor da Empresa
Tópicos Especiais em Avaliação

INSCRIÇÕES ABERTAS. Informações: www.corecon-rj.org.br/cursos.asp

Prezado(a) economista,

Um cadastro atualizado é uma importante ferramenta de comunicação entre você e o Conselho. Solicitamos a colaboração no sentido de sempre nos informar as mudanças de, por exemplo, e-mail, endereços residencial e comercial, telefones fixo e celular etc. A atualização pode ser feita por meio dos seguintes canais:

- 1) Site do Corecon/RJ: www.corecon-rj.org.br, no link “atualize seus dados cadastrais”.
 - 2) Telefones: 2103-0113; 2103-0114; 2103-0115; 2103-0116; 2103-0130; 2103-0131.
 - 3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; carla@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.
- Secretaria de Registro – Corecon-RJ

A Biblioteca Eginardo Pires, disponível para estudos e empréstimos das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira, conta com acervo de cerca de 2.300 exemplares. Este espaço agradável e silencioso para economistas e estudantes está localizado na sede do Corecon-RJ, Avenida Rio Branco, nº 109, 16º andar. Venha conhecer a biblioteca e fazer o seu cadastro. Para outras informações, ligue 21-2103-0124.